



Geografias das R-existências

Dilermando Cattaneo
Marcelo Argenta Câmara
Renata Ferreira da Silveira
(Orgs.)





Geografias das R-existências

Dilermando Cattaneo
Marcelo Argenta Câmara
Renata Ferreira da Silveira
(Orgs.)



Monstro dos Mares

Ponta Grossa – PR

Agosto de 2021

Esta obra utiliza a **Licença Creative Commons** Atribuição Não Comercial Sem Derivações 4.0 Internacional. Informações sobre a licença em: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR



Geografias das R-existências

Dilermando Cattaneo, Marcelo Argenta Câmara e Renata Ferreira da Silveira (org.)

Revisão Português: Claudia Santos Mayer

Revisão Castelhana: Isabel Perez Alves

Diagramação e capa: Tiago Jaime Machado

Ilustração da capa: Tharcus Aguiar

ISBN: 978-65-86008-16-6

Agosto de 2021

Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA)

Instituto de Geociências – UFRGS

Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43113/203

Bairro Agronomia

Campus Vale

CEP: 91540-000

Porto Alegre – RS

ufrgs.br/posgea

Monstro dos Mares

Divulgação Acadêmica Anárquica

Caixa Postal, 1560

Nova Rússia

Ponta Grossa – PR

84071-981

monstrosmares.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografias das R-existências / Organizadores Dilermando Cattaneo, Marcelo Argenta Câmara, Renata Ferreira da Silveira. – Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2021.

ISBN 978-65-86008-16-6

1. Geografia social. 2. Identidade cultural. 3. Resistência cultural.
I. Cattaneo, Dilermando. II. Câmara, Marcelo Argenta. III. Silveira, Renata Ferreira da.

CDD 306

Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422

Este livro utilizou energia solar fotovoltaica e softwares livres nas etapas de revisão, preparação do texto e diagramação.

APRESENTAÇÃO

“¡Se viene una tormenta!”

Essa frase, proferida pelo *Viejo Antonio* e trazida na voz de seu principal interlocutor, o Subcomandante Insurgente Galeano (“falecido” Marcos¹) durante o seminário “O pensamento crítico frente a Hidra capitalista”, realizado em Chiapas/México, no ano de 2015², trazia um alerta que, embora razoavelmente nítido quanto às suas intenções, ainda não era passível de compreensão em toda a sua extensão e profundidade. As e os zapatistas vinham fazendo uma analogia entre o chamado ‘pensamento crítico’, campo acadêmico de diferentes representantes que haviam convidado para um diálogo, e aquilo que denominavam ‘a posição do vigia’. Em outras palavras, ao pensamento crítico caberia a tarefa de observar, no horizonte, os sinais que pudessem indicar eventuais ameaças, mudanças ou transformações. A analogia trazida pelos(as) zapatistas se fazia acrescentar pelo alerta da Síndrome do Vigia, quando os vigilantes – no caso, pensadores e pensadoras reunidos em torno da concepção de um pensamento crítico – eventualmente habituados pela monotonia dos sinais dispostos em seu horizonte, não eram capazes de perceber detalhes que prenunciavam algum cenário adverso que se avizinhava.

-
- 1 Em maio de 2014, o porta-voz do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) anunciou a “morte” do Subcomandante Marcos, para dar lugar ao Subcomandante Insurgente Galeano, em homenagem a um companheiro que havia sido assassinado um tempo antes. Cabe notar, em seus textos escritos, contos e falas, o uso constante de parábolas, metáforas e outras figuras de linguagem do mundo indígena de origem maia, utilizando diálogos e personagens como o *Viejo Antonio* e o besouro *Don Durito de la Lacandona*.
 - 2 Seminário “O pensamento crítico frente a Hidra capitalista”, realizado em maio de 2015, teve sua abertura no Caracol de Oventik e o restante das mesas no *Centro Indígena de Capacitación Integral – Universidad de la Tierra (CIDECI-Unitierra)*, em San Cristóbal de las Casas.

Por isso o alerta: *“se avvicina algo terribile, que viene una catastrofe en todos los sentidos, una tormenta!”*

É difícil estabelecer com precisão a que se referia a fala das e dos zapatistas. Dada a característica do evento em que essas palavras foram pronunciadas, em especial pelo público presente, é quase certo que buscavam designar as turbulências do mundo capitalista, às quais podemos associar o retorno, a partir de meados da segunda década do Século XXI, de um neoliberalismo ainda mais agressivo do que o vivido nos anos 1990, agora de mãos dadas com uma onda conservadora que se projetou em diferentes pontos do planeta e que lhe serve de sustentação política e social. Essa conjuntura atinge, em especial, a “geografia” desde a qual este breve prefácio está sendo redigido, quando, desde 2016, temos enfrentado um retrocesso preocupante em diferentes campos das relações sociais, políticas e econômicas.

Porém, o que nem mesmo o mais detalhista “vigia” do campo do pensamento crítico poderia imaginar naquele momento era a inusitada situação que enfrentaríamos em todo o planeta a partir do final de 2019. Um vírus, do qual provavelmente só tivessem ouvido falar os e as cientistas do campo da infectologia, havia rompido as cadeias biológicas às quais tinha sua existência condicionada e, penetrando o organismo humano não possuidor das defesas naturais para combatê-lo, causava a maior pandemia conhecida da história humana. Em poucos meses, adentramos a um cenário que, fosse descrito algum tempo antes, pareceria extraído das páginas de um roteiro de uma ficção científica ou de um conto surrealista. Impedimentos de circulação, confinamentos involuntários, subtração de uma série de momentos vitais para a nossa sociabilidade, submissão a uma espécie de experimento de uma sociedade cibernética na qual as relações acontecem sob a intermediação fria da máquina, aproximando-se daquilo que o cinema e a produção audiovisual vêm chamando de “distopia”.

E à medida que novas notícias surgiam e aumentavam o nosso espanto, ao mesmo passo em que aumentavam nossas incertezas, uma frase ecoava na memória: *se viene una tormenta*.

Sem ter conversado com o *Viejo Antonio* para poder desvendar os sinais que o levaram a fazer o inquietante prognóstico, nos parece inevitável pensar no quanto esse episódio agrava as condições da tormenta que já cobria o nosso horizonte. Cabe ressaltar que, ao cenário de opressões e desigualdades que desde a invenção da moderno-colonialidade³ estrutura as sociedades ditas ‘ocidentais’, com a pandemia se intensifica um aprofundamento da pobreza e uma piora nos dados de distribuição de renda, e, com isso, o aumento das violências de gênero, de raça e de classe. Nesse contexto, os sujeitos subalternizados, ao mesmo tempo que r-existem, sofrem ainda mais com os processos de segregação sócio-espacial, marcados pelo ódio e pela violência estatal e paraestatal. Ao contrário das ingênuas previsões feitas no início deste já longo período, nosso mundo não está “saindo melhor” da pandemia. Uma breve análise dos dados econômicos revela um aumento da concentração de renda, haja vista o crescimento acentuado do número de bilionários e das suas grandes fortunas. Enquanto isso, ficamos à mercê dos grandes laboratórios farmacêuticos e das intrigas de bastidores nas relações entre governos e as corporações médicas que vendem “saúde” para lucrar com a doença, à espera daquela que é, inevitavelmente, a única esperança de retorno a uma vida “normal”: a vacina.

A preocupação com a pandemia e com seus efeitos vai, compreensivelmente, dominando o campo dos debates, e com isso oblitera alguns de seus efeitos secundários menos óbvios – aqueles não diretamente relacionados aos impactos do vírus sobre os organismos humanos – mostrando que há uma seletividade

3 Entendemos a modernidade a partir da colonialidade, seu “lado obscuro”, como vem fazendo há algumas décadas o conjunto de autores e autoras reunido no Grupo Modernidade-Colonialidade (M/C), neste caso sendo fundamental citar as seminais contribuições de Walter Dignolo, Enrique Dussel e principalmente Aníbal Quijano, que ao refinar e aprofundar a teoria do sistema mundo de Immanuel Wallerstein, a vislumbra como um sistema mundo capitalista moderno-colonial, reforçando sua tese de que não há modernidade sem colonialidade.

dos impactos da pandemia sobre diferentes grupos sociais. Povos originários e comunidades quilombolas, por exemplo, têm sentido profundamente as repercussões de uma (neco)política que, se por um lado é genocida e etnocida desde sempre, por outro lado, na conjuntura atual se intensifica ainda mais, dado que o capitalismo (neo)liberal, para continuar acumulando e concentrando riqueza, tem que aumentar a exploração sobre terras e territórios. Não por acaso, em paralelo a um conjunto de mudanças na legislação ambiental e nos regramentos que regem os direitos desses povos e comunidades, há uma exacerbção das tentativas de expulsão das terras tradicionalmente ocupadas, de esbulho territorial e de todo tipo de ataque perpetrado por garimpeiros, mineradores, fazendeiros, latifundiários, empresários, especuladores e grileiros, com a complacência e até com o apoio de agentes do estado, fazendo valer a infeliz e absurda – porém real – frase do então ministro do meio-ambiente brasileiro: “vamos passar a boiada”. Para as mulheres, os efeitos da pandemia têm se mostrado nefastos, na medida em que aprofundam uma divisão do trabalho oriunda de uma sociedade machista e intensificam a violência de gênero, próprias da estruturação patriarcal do mundo moderno-colonial. Os dados mostram que houve um aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres, que acumulam afazeres domésticos e de cuidado com filhos e filhas (mas também com parentes e vizinhos, crianças, adolescentes e idosos), sobrepondo-se com o trabalho profissional e, no caso das mães estudantes, com os momentos de aulas, leituras, estudos, etc. O trabalho em *home-office*, para quem tem emprego formal e pôde ficar em casa, desnudou um cotidiano nada tranquilo de sobrecarga de atividades, com óbvias consequências sobre a saúde e sobre a “produtividade”. Da mesma forma, a pandemia e o isolamento intensificaram os episódios de violência doméstica e demonstraram um aumento dos feminicídios.

No Brasil, a dificuldade na organização de ações massivas de rua, além do próprio questionamento por parte de algumas “esquerdas” sobre o sentido de realizar ações desse tipo – em vez de

concentrar energias nas eleições presidenciais de 2022 – acaba criando a impressão de que há pouca resistência popular à política genocida e às práticas fascistas perpetradas por governos e aliados – o que, como veremos, não corresponde à realidade daqueles e daquelas que há muito estão em luta. A questão é que essa dificuldade organizativa nas ações dos sujeitos do pensamento crítico acaba dando margem para que o fascismo e o autoritarismo se mostrem em sua plenitude, instrumentos que são para a consolidação das políticas neoliberais colocadas em prática pelos governos, sob o interesse de banqueiros, financistas, empresários, ruralistas e pastores evangélicos neo-pentecostais.

Nesse cenário, pouca atenção tem se dado à reflexão necessária sobre como chegamos a esse ponto, naquilo que tem sido denominado por diferentes autoras e autores como sendo uma “encruzilhada civilizatória”⁴. Alguns trabalhos chegam mesmo a afirmar que o fato deste coronavírus (Sars-Cov-2) ter se expandido para o organismo humano tem a ver com os desequilíbrios ecológicos típicos do “antropoceno”, do “capitaloceno” ou do “*plantationoceno*”⁵. A possibilidade levantada de que o rompimento das cadeias biológicas às quais o vírus estava confinado seja decorrente do avanço dos monocultivos que devastam os ecossistemas nos quais estes organismos se

4 A expressão “encruzilhada civilizatória” nos remete necessariamente à contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves em seu livro *Amazônia – encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*, publicado após estágio doutoral na UFSC, em 2017. No entanto, expressões como “crise civilizatória”, “crise do modelo civilizatório” ou “crise do paradigma civilizatório” têm encontrado eco em pesquisadores(as) e ativistas da questão (socio)ambiental, denotando aqui um significado possível para o entendimento do texto.

5 O conceito de “*Plantationoceno*” é trazido inicialmente por Donna Haraway, para complexificar os conceitos de “Antropoceno” (de Eugene Stoemer e Paul Crutzen) e de “Capitaloceno” (de Andreas Malm e Jason Moore). O interessante texto de Haraway, de 2016, apresenta um debate sobre a escala de abrangência, a relação taxa/velocidade, a sincronicidade e a complexidade das mudanças promovidas pela ação humana.

mantinham em equilíbrio, em relação direta com o avanço dos cultivos transgênicos e sua limitação sobre as capacidades naturais de imunidade das espécies que mantinham convivência com esses microorganismos, não recebe a suficiente atenção. Por um lado, pela necessidade inegável – e, até certo ponto, prioritária – de conter o avanço de uma pandemia que ameaça levar consigo até 40 milhões de vidas, cálculo sem pretensão de precisão, mas que leva em conta a mortalidade de aproximadamente 1% dos contágios, num universo de 70% da população do planeta contaminada até que se obtivesse uma imunização coletiva. Por outro lado, porém, questionar essa possibilidade implica questionar diretamente o modelo de sociedade no qual estamos inseridos, algo que as grandes corporações que dele tiram seu sustento – e a diversidade de sujeitos institucionais e individuais a elas associados – sequer cogitam falar a respeito, pois tocar nesse assunto implica refletir em como se dá a produção do alimento que chega às nossas mesas e quais as relações socioespaciais implicadas nessa produção. Implica em refletir sobre quais as formas de existência – humanas e não-humanas – que deixaram de existir para dar lugar a formas predatórias de dominação dos espaços e das formas de vida neles existentes. Esses são apenas os questionamentos de abertura para um debate certamente difícil, uma vez que implica em nos repensarmos como sociedade.

O alerta de que nosso marco civilizatório – construído sob um horizonte societal colonial e capitalista, que naturaliza e justifica todas as relações de dominação e de opressão da espécie humana para consigo e para com as outras espécies com as quais se relaciona – nos conduzia a um limite, já vinha sendo dado por diferentes vozes. Da comunidade acadêmica eram frequentes os alertas, em especial quanto à impossibilidade de sustentação de um modelo predatório cujas trágicas consequências ambientais eram cada vez mais inegáveis, assim como inegável é a seletividade com que essas consequências

“escolhem” aqueles e aquelas aos quais atinge, predominantemente os e as mesmas “deserdados” da terra aos quais não cabe outra herança que não o despojo. Mas também pelos alertas dados quanto à insustentabilidade social de um modelo que multiplica o número de excluídos na mesma razão em que aumenta sua capacidade produtiva. Se isso representou em algum momento um marco civilizatório – um modelo ou paradigma a partir do qual a espécie humana tomaria consciência de si própria e dos fins para os quais vive em coletividade – nos parece cada vez mais evidente que esse modelo chegou ao seu limite. E se chegamos, então, a uma encruzilhada, é preciso escolher qual o caminho a seguir (ou quais os caminhos).

O **Ciclo de Debates Geografias da R-Existência**, que dá origem a este livro, foi uma busca de proposição de reflexões sobre diferentes aspectos do cenário mencionado nas linhas anteriores. A iniciativa nasceu, em primeiro lugar, da necessidade de se criar formas de aproximação em meio a uma pandemia que nos apartava, ao mesmo tempo em que nos encontrávamos em um cenário de incertezas e angústias. Os eventos virtuais – infelizmente um tanto banalizados, dada a quantidade quase excessiva com que passaram a ser ofertados – surgiram como alternativa de contato facilitada pelas tecnologias de comunicação disponíveis, fazendo com que ao menos pudéssemos nos ver e nos escutar, ainda que através da frieza de uma tela e de reprodutores de áudio. Também percebemos a possibilidade de aproximação com vozes vindas de outras geografias, às quais nossas condições de acesso sempre foram limitadas pelas distâncias e pelos custos necessários para superá-las. A criação dos seminários virtuais abria uma possibilidade de vencer o torpor que tomou a maioria de nós quando dos primeiros meses da pandemia.

Ao mesmo tempo, ao reconhecermos que a pandemia implicava outras reflexões além daquelas – urgentes – sobre as formas diretas de contenção dos contágios, emergia a importância

de pensarmos a partir do prisma da encruzilhada civilizatória e, conseqüentemente, a partir das formas de existência que resistiam aos imperativos do marco capitalista e que propunham outros horizontes sociais. As r-existências, forma de redação alçada à categoria de análise ao trazer o protagonismo da ação aos povos e comunidades que, com a preservação de suas formas de existência, resistem ao avanço predatório do capitalismo, apontam para as formas com que outros caminhos são abertos a partir da encruzilhada na qual nos encontramos, com suas lutas e enfrentamentos, sem esquecer das ferramentas e estratégias de apoio e fortalecimento.

Foi nesse sentido e com esse objetivo que o Grupo de Estudos de Conflitos de Territorialidades (GECONTE), vinculado ao Núcleo de Estudo Geografia e Ambiente (NEGA) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se uniu à Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre (AGB-PoA) para a proposição do ciclo realizado entre junho e julho do ano de 2020 e que ao longo de oito sessões propôs debates sobre diferentes aspectos envolvidos nessa temática (os vídeos ficaram gravados e podem acessados no canal do Youtube da AGB Porto Alegre⁶. O alcance obtido com o evento – que teve mais de 300 inscrições e cujos vídeos tiveram milhares de visualizações –, durante o qual os debates foram acompanhados por um público atento e participativo, inspirou a proposta da publicação que a leitora e o leitor tem em tela (ou em mãos), construída a partir do convite aos e às debatedores(as) que participaram da atividade, para que enviassem textos relativos às suas falas. O resultado é o que temos aqui, com escritos que não apenas aprofundam o que foi dialogado ao vivo, como traçam um horizonte de possibilidades para as diversas geo-grafias das r-existências.

6 Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/AGBPortoAlegre/videos>>.

O professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, a quem devemos creditar a proposição da categoria “r-existências” como chave analítica que guiou a construção do seminário já referido e desta publicação que o segue, nos apresenta, em **Outros horizontes para a Geografia: pela vida, pela dignidade e pelo território**, uma visão de conjunto dos diferentes elementos presentes na constituição do Sistema-Mundo Moderno Colonial e as diferentes instâncias nas quais a colonialidade, como padrão de relações permanente nessas formações sociais, invisibilizou e subalternizou outras concepções de existência que hoje alçam-se à condição de protagonistas em busca alternativas frente a crise civilizatória.

Em *Los pueblos en movimiento ante la pandemia*, Raúl Zibechi parte da crise gerada pela pandemia como um aprofundamento do caos sistêmico, condicionante para a formação de uma nova ordem global. Para isso, o autor traz os elementos fundamentais para compreender os tensionamentos da geopolítica atual e os desafios na organização dos movimentos sociais. Zibechi, dialogando com o exemplo zapatista, aponta a necessidade de olharmos para alguns pontos fundamentais como possibilidades de transformação, autonomia e r-existência que estão sendo aplicados pelos *pueblos en movimiento*, sobretudo, pelos povos originários, movimentos populares, luta antirracista e movimentos de mulheres.

Álvaro Luiz Heidrich, em seu artigo **A mediação dos vínculos territoriais para a construção coletiva de espaços do viver**, nos apresenta uma pesquisa em torno dos estudos das territorialidades humanas e locais, trazendo conceitos como Território, Territorialidades e Vínculos Territoriais no campo conceitual e da realidade vivida. Neste trabalho o autor traz e traça elementos que enriquecem e ampliam nossa base teórica e empírica sobre os estudos que envolvem a existência dos sujeitos que resistem às dinâmicas de dominação.

Em *El Sueño Wayuu: R-existencia en defensa del territorio*, o professor José Angel Quintero Weir remonta à sua origem *wayuu* (Venezuela) para destacar, a partir da simbologia dos sonhos, a dimensão da memória como elemento fundamental para uma concepção coletiva do território, em que a construção *nosótrica* é capaz de oferecer um contraponto às forças desterritorializadas operadas a partir da corporativização dos Estados territoriais modernos.

No artigo *Vivir en Chile: la situación de la población migrante internacional tras la pandemia del Covid-19*, Paula Novack e Vania Reyes discutem a situação das e dos migrantes internacionais nas Américas durante a pandemia de Covid-19, com enfoque especial no Chile. Para isso, apresentam um panorama dessa situação e abordam os principais conflitos e problemáticas intensificadas pela crise sanitária na América do Sul, ao mesmo tempo em que apresentam as dificuldades enfrentadas pelas e pelos imigrantes no Chile durante a pandemia, incluindo aí a necessidade de que toda a população residente nesse país seja vacinada.

Pablo Ciccolella assina o texto *Territorios de la pandemia: crisis sanitaria, económica y política en la producción de geografías distópicas del capitalismo del siglo XXI*, onde se propõe a discutir os discursos, relatos e falácias que se tecem ao redor do grande acontecimento sanitário que afeta toda a humanidade, procurando contribuir para o debate sobre as implicações políticas, socioeconômicas e territoriais da crise do sistema capitalista exacerbada pela pandemia de Covid-19.

Em seu artigo *Territorialidades no-patriarcales. Una aproximación al estar-hacer-latir zapatista desde la recuperación-reconfiguración-resignificación de tejidos y rizomas territoriales autónomos*, Diana Itzu Gutiérrez Luna traz elementos fundamentais para compreender o atual cenário político mexicano e as r-existências indígenas e campesinas que se reconfiguram a partir desse cenário, sobretudo as e os zapatistas.

Para isso, a autora nos proporciona o que denomina de *Dialéctica del Caracol e as Rutas Rizomáticas*, para discutir as diferentes escalas e dimensões das geo-grafias dos povos, em busca de territorialidades *post-patriarcales* e a Matria (em contraponto à Pátria) como possibilidade de matriz comunitária, tendo como referência a luta das mulheres zapatistas.

No texto **Territórios e territorialidades negras na Porto Alegre antiga: espaços de visibilidade**, a geógrafa Daniele Vieira apresenta parte de seus premiados estudos sobre os territórios negros da capital gaúcha, enfocando aqui as diferentes territorialidades que conformam esses espaços no final do século XIX e início do século XX. Daniele enfoca a perspectiva da produção e agência do povo negro na formação dos territórios, entendidos como espaços de visibilidade.

Em **As geografias e as cartografias como instrumentos de emancipação e lutas em defesa da dignidade das existências**, a professora Ângela Massumi Katuta constrói um percurso que, partindo do destaque da espacialidade como dimensão fundamental para a compreensão das sociedades, nos conduz à compreensão das simbologias e representações presentes nos diferentes discursos que versam sobre as relações sociais para, assim, concluir com a necessidade de apropriação efetiva dessas linguagens no sentido de construção de instrumentos e estratégias de emancipação.

Professor do Departamento de Geografia da PUC de Valparaíso (Chile), onde coordena o grupo Territórios Alternativos, Pablo Mansilla Quiñones relata em seu artigo *Descolonizando el mapa: marcando presencias y ausencias geográficas en cartografías de re-existencia* a trajetória do mapeamento como estratégia de dominação colonial para associá-lo, então, às possibilidades de expressão autônoma e descolonizante por parte daqueles que o autor denomina como povos-território. Mansilla recorre às experiências construídas junto a

comunidades wayuu (Venezuela) e mapuche (Chile) para propor um pequeno conjunto de orientações metodológicas para projetos de mapeamento autônomo.

Por fim, Renato Emerson dos Santos nos brinda com o texto **Por uma Geografia descolonial: Dilemas epistêmicos de conhecimento no combate ao eurocentrismo do ensino de geografia na implementação da Lei 10.639/03**, no qual, a partir de um processo de pesquisa-ação desenvolvido junto a um grupo de docentes de escolas públicas do Rio de Janeiro, e em forte diálogo com a perspectiva analítica descolonial, aponta três estratégias epistêmicas para as práticas de ensino: a desconstrução das matrizes eurocêntricas, o deslocamento do lócus epistêmico de enunciação e a hermenêutica diatópica.

Por suposto, estes onze artigos não representam a totalidade e a diversidade dos debates ocorridos no Ciclo promovido pelo GECONTE e pela AGB-PoA em 2020, e certamente não esgotam as possibilidades de análise e de ação elencadas naquele momento. Todavia, são textos que abrem caminhos e se colocam como “fendas no muro”⁷ de uma Geografia colonizada e colonizadora, e que, sem dúvida, apontam para um horizonte ético-político em que a ciência geográfica, seus conceitos e suas categorias não sejam meros fetiches retóricos ou predileções acadêmicas, mas que andem ombro a ombro com aquelas e aquelas que r-existem, produzindo suas geo-grafias. Por isso, esperamos que tenha uma boa e inspiradora leitura!

Marcelo Câmara
Renata Silveira
Dilermando Cattaneo

Inverno do ano pandêmico de 2021.

7 A expressão se refere ao termo “*grietas en el muro*”, utilizada pelos e pelas zapatistas para designar os objetivos da luta, criando fendas no muro do sistema, da hidra capitalista, para que não se fechem e se expandam, e com isso seja possível visualizar e imaginar tudo que se pode fazer para além do muro, em outros “calendários” e outras “geo-grafias”.